
SOB AS CAMADAS DE UM MESMO GRÃO: INSTITUIÇÕES, SISTEMA AGROALIMENTAR E AS SIGNIFICAÇÕES SOBRE A SOJA

UNDER THE LAYERS OF THE SAME GRAIN: INSTITUTIONS, FOOD SYSTEM
AND THE MEANINGS ABOUT SOYBEAN

BAJO LAS CAPAS DEL MISMO GRANO: INSTITUCIONES, SISTEMA
AGROALIMENTARIO Y LOS SIGNIFICADOS SOBRE LA SOJA

Angelo Belletti¹

DOI: 10.5935/2358-3541.2023e124655-pt

Resumo

O artigo proposto tem como objetivo analisar o processo de construção de significados sobre o grão de soja, considerando dimensões geográficas, históricas e econômicas. As significações foram determinadas por meio de levantamento em acervos virtuais por produções que envolvessem o tema (repositórios universitários, portais temáticos e bases de órgãos políticos internacionais) e resultaram em três leituras principais sobre o grão. Uma primeira, para a emergência do grão no continente asiático, principalmente como alimentação humana. Uma segunda, na qual a soja se tornou matéria-prima para diversos produtos alimentares e não alimentares. E uma terceira leitura, no movimento de financeirização sobre ativos e derivativos agrícolas, significando a oleaginosa enquanto objeto de especulação financeira. Como base teórica, usa-se a abordagem dos Regimes Alimentares, os quais são postos em diálogo com o Institucionalismo. Identificou-se que as diferentes leituras sobre a soja não são substitutivas entre si, mas cumulativas. Entretanto, a coexistência de significados é pautada por conflitos, especialmente marcados entre a expansão da financeirização e as consequências para a manutenção das práticas alimentares relacionadas ao grão.

Palavras-Chave: soja; regime alimentar; instituições; capital financeiro.

Abstract

The proposed article aims to analyze the process of constructing meanings about the soybean grain, considering geographical, historical, and economic dimensions. To identify the most common interpretations, a virtual bibliographic survey was carried out in virtual academic collections, specialized sites, and international institutions databases, resulting in three main soybean significances. The first one relates to the emergence of soybean as a direct source of food. The second one refers to soy and

¹Mestrando em Desenvolvimento

Rural (PGDR/UFRGS),

bolsista CNPQ. E-

mail: angelo.belletti@hotmail.com

its uses as raw material in the food and non-food industries. The third one is connected to the enlargement of financial capital and agricultural derivatives, resulting in soy becoming a financial speculation object. Despite interpretive disagreements, the article utilizes the Food Regime Approach in dialogue with the institutional perspective to elaborate on the causes and consequences of the analyzed oilseed. As a result, it has been found that the different soy meanings are not substitutes but cumulative among themselves. However, different meanings can have a negative mutual effect, especially when considering the financial effects on the two other uses.

Keywords: soybean; food regime; institutions; financial capital.

Resumen

El artículo propuesto tiene como objetivo analizar el proceso de construcción de significados sobre la soja, considerando dimensiones geográficas, históricas y económicas. Para identificar las interpretaciones más comunes, se realizó una encuesta bibliográfica virtual en colecciones académicas virtuales, sitios especializados y bases de datos de instituciones internacionales, lo que resultó en tres significados principales de la soja. El primero se refiere al surgimiento de la soja como fuente directa de alimento. El segundo se refiere a la soja y sus usos como materia prima en las industrias alimentarias y no alimentarias. El tercero está conectado con la ampliación del capital financiero y los derivados agrícolas, lo que hace que la soja se convierta en un objeto de especulación financiera. A pesar de las divergencias interpretativas, el artículo utiliza el Enfoque del Régimen Alimentario en diálogo con la perspectiva institucional para elaborar las causas y consecuencias del análisis de la semilla oleaginosa. Como resultado, se encontró que los diferentes significados de la soja no son sustitutos, sino que son acumulativos entre sí. Sin embargo, los diferentes significados pueden tener un efecto mutuo negativo, especialmente al considerar los efectos financieros en los otros dos usos.

Palabras Clave: soja; régimen alimentario; instituciones; capital financiero.

INTRODUÇÃO

O ano era 1500. Dois grupos encontravam-se pela primeira vez. De um lado, autóctones do continente europeu. Do outro, autóctones do continente americano. O lado europeu se deparava com uma região até então desconhecida e habitada por personagens também incomuns à sua realidade. O lado americano, por sua vez, estranhava a chegada daqueles corpos pálidos na costa litorânea da atual Bahia.

A relação entre ambos, que rapidamente ganharia densas camadas de violência explícita, teve um momento inicial no qual, apesar da violência simbólica imbuída, pautou-se em interações comerciais. Os europeus ofereciam itens comuns e disponíveis para si, em troca de outros também comuns e disponíveis para os americanos. Por exemplo, a troca de madeira de Pau-brasil (*Paubrasilia echinata*) por

machados. Adornos da cultura local por itens de metalurgia. Animais típicos da Mata Atlântica por peças de vestuário.

Quando trocados, esses itens não apenas passavam das mãos de um grupo para outro, mas trocavam de contexto cultural. Logo, passavam a ser lidos através de novas lentes. Um objeto comum para um europeu poderia significar quase o divino para um grupo americano. Da mesma forma que a madeira da Mata Atlântica, frequente ao olhar dos povos locais, era para os europeus um ativo valioso.

Essas trocas indicam como contextos sociais distintos constroem significações diferentes sobre os elementos que os permeiam (BECKERT, 1996; FRIEDMANN, 1999). O presente artigo se debruçará com o objetivo de identificar quais elementos sociais moldaram as leituras sobre o grão de soja (*Glycine max*) ao longo da história. A análise será feita sob a ótica da abordagem dos Regimes Alimentares², entendendo que diferentes composições históricas na disputa socioeconômica internacional desenvolvem efeitos dialéticos sobre os fluxos agrícolas globais. Soma-se a essa perspectiva, interpretações relacionadas ao institucionalismo³, principalmente para refletir sobre os artefatos de construção dos significados sobre o objeto de análise.

O crescimento da área plantada e da produtividade da soja é tema comum de pesquisa em diferentes áreas. Entretanto, o significado que esse grão possui nessas produções passa por múltiplas camadas. Surge como um alimento, especialmente no continente asiático (QIU; CHANG, 2010; HIRST, 2019; DE MARIA, 2020); se torna matéria-prima para elaborações alimentares e não alimentares (BERTRAND *et al*, 1987; GOLBITZ; JORDAN, 2006; MCMICHAEL, 2016); para, próximo ao presente, ser

²Interpretação estruturalista iniciada pelos trabalhos de Harriet Friedmann e Philip McMichael ao longo da década de 1990. Parte da concepção de que, sob vigência de uma economia global de mercado, diferentes períodos históricos contaram com processos agroalimentares pautados em políticas propostas por atores centrais. A partir dessa dinâmica, formaram-se espaços centrais e periféricos no comércio internacional, com diferenças na forma e quantidade de acumulação de capital. Ver mais em Friedmann (2005); McMichael (2009; 2016); Bernstein (2016); Schneider; Schubert; Escher (2016).

³Corrente teórica de longa trajetória (DURKHEIM, 1897; WEBER, 1905), que na interpretação recente caracteriza-se pela análise dos conjuntos sociais enquanto compostos por dinâmicas formais (leis, regimentos, contratos) e informais (confiança, hábitos, cultura) que permeiam a cognição dos atores envolvidos e configuram as relações nos espaços dos processos observados – instituições. Dentro do arcabouço institucionalista, toma-se como base as produções vinculadas a secção entendida como institucionalismo histórico, apesar de serem estabelecidos diálogos com o institucionalismo sociológico. Ver mais em Beckert (2017; 2007); Hodgson (2006; 1994); Théret (2003); e Hall e Taylor (2003).

lida como um ativo financeiro e objeto de especulação (SCHUTTER, 2010; CLAPP, 2014; FAIRBAIRN, 2016).

Nos levantamentos encontrou-se que essas significações sobre o grão – alimento, matéria-prima e ativo financeiro – foram afetadas por processos internacionais e nacionais – valor cultural do alimento, políticas comerciais específicas, conflitos diretos e indiretos sobre a produção agroalimentar. Ao constatar a correlação entre os Regimes Alimentares e a formação das culturas e dinâmicas dos povos, é possível dialogar com a ideia de condutas socioeconômicas como fruto do contexto no qual os atores se inserem, balizando suas expectativas e formas de atuação na produção e circulação de itens agroalimentares.

SIGNIFICAÇÕES, VALORES E INSTITUIÇÕES SOBRE OS ALIMENTOS

Em artigo de 1999, Harriet Friedmann abordou como práticas alimentares (produzir, circular e consumir) de diferentes grupos sociais alteravam-se frente à expansão dos processos econômicos do final do século XX. Especialmente pela construção de um mercado internacional⁴ para itens agroalimentares anteriormente exclusivos de certas regiões. A inclusão de uma densa camada comercial sobre esses produtos gerava uma nova leitura de valor sobre esses, na qual o valor de troca possível contrapunha o valor de uso tradicional. Ou seja, um processo histórico vinculado ao final do século XX trouxe novas significações (para que serve, por quem é utilizado, de que forma circula socialmente) para elementos já existentes. Interpretações construídas enquanto síntese dialética entre as esferas estruturais – disputas de poder, regimes de acumulação, padrões internacionais – e institucionais – costumes, diretrizes, formação cultural.

O cerne da perspectiva institucionalista está em compreender que as estruturas sociais são conformadas por elementos socialmente construídos ao longo da trajetória do grupo humano em análise. Esses elementos – instituições – operam enquanto o conjunto de limitantes que pauta a atuação dos indivíduos dentro do coletivo social

⁴No contexto apontado, mercado internacional refere-se à expansão da Economia de Mercado (BRAUDEL, 1987), com a entrada de diversos países no sistema internacional de comércio regido pela Lei do Valor e pelo modelo liberal de capitalismo (MCMICHAEL, 2016).

(THÉRET, 2003). Expressando-se por meio de formalidades (constituição, leis, códigos expressos), e informalidades (valores, tradições, culturas) (HODGSON, 2006).

O surgimento dessas diretrizes é fruto dos conflitos existentes em um conjunto humano, caracterizados por distintas dimensões de poder, influência e interesses (HODGSON, 2006). As instituições se tornam, ao longo do percorrido histórico de um grupo, balizadores para direcionamento dos atores dentro do coletivo, agindo enquanto delimitadores das ações possíveis de serem realizadas e criando expectativa sobre o desempenho dos demais indivíduos (BECKERT, 1996; 2010). Nesse sentido, afetando os atores sociais distintamente conforme sua forma de inserção social (HALL; TAYLOR, 2003).

Ao considerar que existem diferentes estâncias de atuação no coletivo, parte-se do pressuposto de que todos os atores ocupam posições sociais específicas que são frutos da trajetória histórica do coletivo, prévia à existência do ser individual (HODGSON, 2006). Assim, o indivíduo lida não apenas com suas motivações pessoais, mas com a construção social histórica ao seu entorno.

No tópico econômico, quando atores operam sobre expectativas futuras, o fazem em diálogo com as projeções entendidas enquanto viáveis no contexto no qual estejam inseridos. Ou seja, por meio do ambiente institucional que no qual permeiam e são permeados (BECKERT, 2017). Quando retomado o debate sobre a circulação de grãos de soja, as operações existem enquanto ações individuais, e também enquanto reflexo das expectativas e projeções possíveis sobre quais práticas devem ser desempenhadas com a oleaginosa no contexto de sua inserção.

Considerando que a leitura dos indivíduos sobre suas realidades sociais é banhada em instituições, frutos de processos sociais desenvolvidos historicamente, cabe a definição dos períodos históricos analisados no presente artigo. E, considerando que o tópico abordado está no universo dos produtos agroalimentares, toma-se como guia a abordagem dos Regimes Alimentares.

Os Regimes Alimentares emergem como estudo dos efeitos de diretrizes políticas de países com maior poder econômico sobre os fluxos agrícolas globais (FRIEDMANN, 1978). Essa influência resultaria na construção de mercados

agroalimentares operando de forma a facilitar a acumulação de capital nos países de maior influência global (MCMICHAEL, 2016). A partir dessa concepção, três períodos de acumulação sob conformações globais específicas⁵ foram identificados:

- i) Primeiro Regime Alimentar (1870 – 1930). Estado inglês fomentou a formação de produções agrícolas que abasteciam a necessidade dupla de matéria-prima para as indústrias surgentes, e de alimentos baratos visando reduzir o custo da mão de obra. A divisão internacional do trabalho emergiu nesse momento, tendo na Inglaterra a construção do *workshop of the world*, enquanto os demais países foram pautados por uma caracterização agrícola (FRIEDMANN, 2005; MCMICHAEL, 2016).
- ii) Segundo Regime Alimentar (1940 – 1970). No pós Segunda Guerra, os Estados Unidos emergiu como centro do Regime Alimentar. O meio rural foi condicionado por instituições que promoveram formas de modernização produtiva capitalista e pacotes tecnológicos estadunidenses (FRIEDMANN, 1999; MCMICHAEL, 2016). O período é caracterizado pela Guerra Fria e, portanto, as ações promovidas pelos Estados Unidos (e pelo bloco capitalista) bebiam profundamente numa disputa por hegemonia ideológica.
- iii) Terceiro Regime Alimentar (1970 – presente). Emerge com a crise da década de 1970. Fator principalmente vinculado ao fluxo internacional de petróleo, e também de grãos *commoditizados*, os Estados – especialmente Estados Unidos e Oeste Europeu – retraíram suas práticas frente ao poder das corporações privadas. O centro de definições sobre fluxos agrícolas internacionais deslocou-se das mãos de um Estado específico para ser majoritariamente pautado pelos grandes conglomerados, dissipando sua concentração geográfica e mantendo a econômica (OTERO, 2012). O Regime Corporativo emergiu como o projeto de globalização neoliberal no qual ampliou-se a porção e o poder de atuação do mercado capitalista liberal sobre as demais estâncias, com destaque para dinâmicas de financeirização (OTERO, 2012). É essencial notar, porém, que elementos da centralidade estadunidense

⁵Essencial notar que a abordagem observa especialmente os fluxos no ocidente capitalista, e, portanto, enfocando nas emergências posteriores ao século XIX. Ver mais em Araghi, 2003.

continuam operantes nesse período, como a própria taxa de câmbio dolarizada (MCMICHAEL, 2016).

Por meio de diferentes expressões de poder – militares, econômicos, diplomáticos e afins –, os centros dos Regimes Alimentares seriam espaços de maior potencial de influência sobre processos sociais relacionados à formação institucional. Retomando a perspectiva de instituições geradas nos conflitos sociais, os quais contam com partes dotadas de diferentes poderes (BLOCK; EVANS, 2005)

Ilustrando a relação entre processos institucionais e dinâmicas macroeconômicas internacionais, a análise Ha-Joon Chang (2003), sobre projetos de desenvolvimento industrial em diferentes países, apontou para a forma como a Europa do século XX promoveu uma série de medidas políticas para seu crescimento econômico. Todavia, quando práticas semelhantes foram utilizadas por nações periféricas, os exatos países inicialmente promotores dessas condenaram-nas em virtude das diferentes posições estratégicas globais dos atores envolvidos.

Situações semelhantes foram destacadas para o meio rural, especialmente na relação entre organismos internacionais e os discursos sobre desenvolvimento. Michael Watts (1990) e Michael Goldman (2004) apontam para projetos de mudanças institucionais conduzidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional sobre diferentes nações do continente africano pautados exclusivamente no objetivo de desenvolver instituições voltadas para circulação de capital, ignorando processos locais e autóctones.

Assim, as instituições estão inseridas nos contextos sócio-históricos relativos, emergindo e alterando-se de acordo com os conflitos e circulação de poderes (BECKERT, 2007). Os quais, na temática da produção agroalimentar global, podem ser interpretados por meio de regimes gerais de caracterização das formas de produção, circulação e acumulação (MCMICHAEL, 2016).

UM MESMO GRÃO E DIFERENTES SIGNIFICAÇÕES

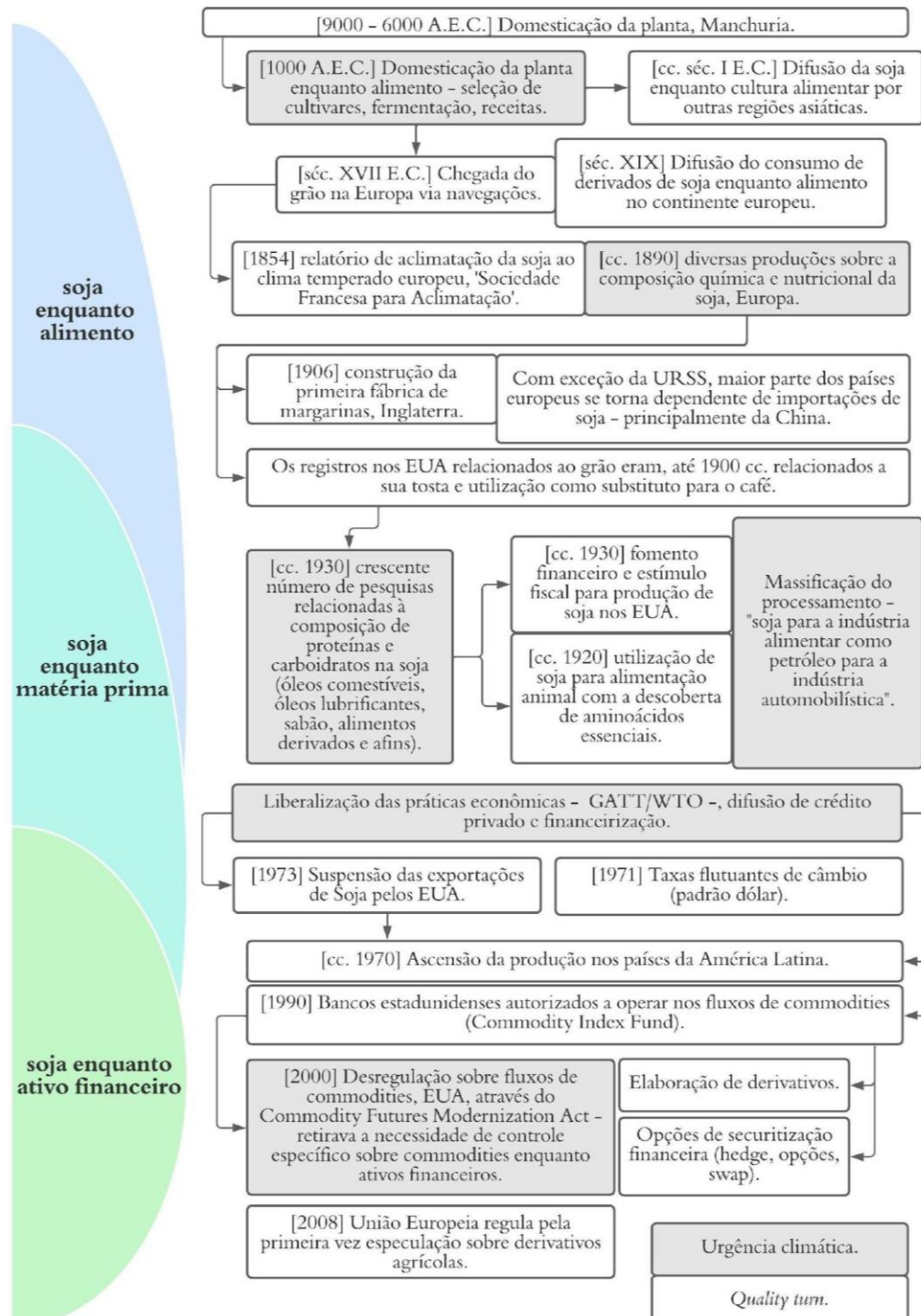
Para análise dos significados empregados sobre o grão de soja, manteve-se em vista as lógicas trazidas pelo recorte teórico e realizou-se levantamento em diferentes plataformas de busca acadêmica⁶. Após isso, conforme apresentado na Figura 1, foram identificadas três abordagens centrais para a oleaginosa:

- i. Enquanto alimento humano, mesmo que em larga escala e/ou como elemento principal do preparo alimentar (BERTRAND *et al*, 1987; GOLBITZ; JORDAN, 2006; ALI, 2010; QIU; CHANG, 2010; ANDERSON, 2014; DE MARIA, 2020).
- ii. Enquanto matéria-prima para diferentes usos, sejam eles de alimentação humana enquanto ingrediente secundário – ou processado; alimentação animal, seja direto ou em composições nutricionais; e outros usos, como produção de óleos lubrificantes e afins. (GOLDBERG, 1952; BERTRAND *et al*, 1987; FRIEDMANN, 1978; 2005; MCMICHAEL, 2005; 2016; SINGH; SHIVAKUMAR, 2010).
- iii. Enquanto ativo financeiro, principalmente como derivativo do agronegócio, objeto de crédito e securitização (MAFIOLETTI, 2000; MCMICHAEL, 2005; SCHUTTER, 2010; OTERO, 2012; DELGADO, 2013; CLAPP, 2014; ISAKSON, 2014; FAIRBAIRN, 2016; WESZ JUNIOR, 2016).

Apesar da abordagem do artigo ser direcionada ao caso da soja, os elementos trabalhados são fruto de processos sociais amplos e com efeitos em diferentes segmentos da sociedade. Portanto, pontos aqui traçados como correlatos ao plantio sojícola possivelmente apresentam outros elementos de causa e consequência que serão ignorados pelo recorte proposto na pesquisa.

Figura 1 – Fluxograma sobre elementos relacionados à significação da soja

⁶ As buscas foram realizadas em repositórios universitários/acadêmicas (Lume/UFRGS; Biblioteca Digital/FGV; Biblioteca Digital/USP; Guaiaca/UFPEL; Rima/UFRRJ; Manancial/UFSM; Google Scholar; Institute for Social Research/ICPSR), portais temáticos ('Trase', disponível em <trase.earth>; 'De Olho nos Ruralistas' <deolhonosruralistas.com.br>; 'SoyInfo Center' disponível em <soyinfocenter.com/index.php>; 'CropWatch', disponível em <cropwatch.unl.edu>; 'Eating China', disponível em <eatingchina.com/articles/soystory.htm>) e bases de órgãos políticos internacionais (FAO; WTO; B3; CBOT). Os levantamentos de informações foram realizados entre os períodos de janeiro à junho de 2022.



Fonte: organizado pelo autor a partir de informações de De Maria *et al* (2020); Hirst (2019); Clapp (2014); Isakson (2014); Schutter (2010); McMichael (2005); Shurtleff; Ayogi (2004); Bertrand; Laurent; Leclercq (1987).

SOJA ENQUANTO ALIMENTO

A seleção ao longo de gerações de determinadas características de uma planta, frequentemente mesclando-a com outras similares, inviabiliza a reconstituição precisa do processo de domesticação das espécies (ANDERSON, 2014). Todavia, registros fósseis apontam para diversos milhetos em contato com povos autóctones chineses entre 9000 e 6000 AEC, especialmente no entorno do Rio Amarelo, e, por reconstituição de dispersão de cepas semelhantes, considera-se que os grãos de soja tenham sido fruto do nordeste chinês, na região da Manchúria (BERTRAND *et al*, 1987; DE MARIA *et al*, 2020).

Por volta de 4000 AEC, diversas são as evidências arqueológicas identificando a domesticação da soja (*Glycine max*). Cinzas apareceram em registros das dinastias Yin e Shang – aproximadamente 3700 AEC –, e se tornaram frequentes em diferentes sítios datados a partir deste período (QIU; CHANG, 2010). A partir do qual, também, tornam-se comuns os registros de processamento alimentar do grão.

O beneficiamento emerge enquanto uma resposta à necessidade de preservar os alimentos. Dentre as diferentes técnicas desenvolvidas, a fermentação mostrou-se especialmente frequente no caso da soja (ALI, 2010). O início da Era Comum é marcado por uma ascendente quantidade de registros de alimentos derivados, principalmente molhos (*shoyu*) e coagulações (*tofu*) (ANDERSON, 2014).

Até o século XIV, a relação culinária com a soja expande-se não somente por todo o território chinês, como por toda a Ásia. Difusão que teve como base as relações entre chineses e mongóis, circulando povos e hábitos ao longo da região asiática, bem como práticas de diplomacia desenvolvidas pela Dinastia Ming (ANDERSON, 2014). Até o século XVI, grande parte dos territórios europeus detinha conhecimento sobre o grão (HIRST, 2019). Regiões da Oceania contavam com cultivares semelhantes de milhetos (QIU; CHANG, 2010). E, em relação à África, é possível que as relações comerciais com impérios africanos tenham difundido o uso do grão, o qual teria seu cultivo forçosamente estimulado pelas relações do imperialismo europeu (HIRST, 2019).

Em 1737, foi registrado o primeiro cultivo de soja na Europa e, em 1765, o primeiro no território dos Estados Unidos (DE MARIA *et al*, 2020). Os objetivos dessa prática eram plurais: utilização como planta ornamental, como forrageira ou como

pastagem (HIRST, 2019). Apesar do início de explorações, levantamento realizado por Shurtleff e Aoyagi (2007) aponta para inexistência de registros sobre o grão ao longo da maior parte do século XVIII e XIX. Para o caso dos EUA, por exemplo, foram 91 relatórios e artigos encontrados que referissem o termo 'soy' entre 1766 e 1900, dos quais 15 debatiam alguma aplicação do grão, sendo quatro vinculadas a usos alimentares.

No continente europeu, a oleaginosa também passou por um período de ostracismo. O cultivo do grão foi retomada apenas após 1850, principalmente pelo fomento da *Society for Acclimatization* (França), que via uma possibilidade de mercado para produtos alimentares derivados (HIRST, 2019).

O interesse de grupos europeus pelo cultivo de soja partia de um binômio. Por um lado, a motivação culinária e alimentar, principalmente pelo caráter exótico e de iguaria que comidas asiáticas recebiam na Europa. Inclusive a maior parte dos cultivos do grão ainda estavam vinculados a pequenas propriedades familiares e com processamento artesanal (GOLBITZ; JORDAN, 2006). Por outro, estudos sobre a composição do grão indicavam uma alta quantidade de proteínas e óleos, essenciais para uma Europa em expansão industrial e sedenta por matéria-prima e alimentação barata para o operariado crescente (DE MARIA, 2020).

A primeira construção de significado sobre o grão de soja não está diretamente vinculada às dinâmicas internacionais atreladas aos Regimes Alimentares. Entretanto, está conectada aos processos históricos dos grupos envolvidos, como dinâmicas internas à Ásia e de expansão de rotas comerciais. Inseridos nesses respectivos contextos, os atores significavam o grão de acordo com seu entorno (HALL; TAYLOR, 2003; BLOCK; EVANS, 2005).

A fermentação do grão de soja para utilização alimentar gerou, para além de uma inovação culinária, um elemento agregado à cultura do povo sobre como agir frente a um objeto específico. A cultura – enquanto uma instituição – ganhara um novo ponto na sua composição (HODGSON, 2006). De forma semelhante, quando povos externos – como os europeus – entraram em contato com os produtos derivados da soja, interpretaram a mesma a partir da sua construção sócio-histórica, porém em dialética com a que o objeto detinha no contexto originário. O conflito da oposição

originou uma nova interpretação, a qual institucionalizaria uma leitura sobre o elemento em questão (DIMAGGIO; POWELL, 2005; BECKERT, 1996; 2007).

Apesar da variação nas significações sobre a oleaginosa, é essencial salientar que a mesma manteve o valor culinário alimentar para diversas culturas, sendo ainda presente de forma semelhante a sua utilização milenar – tofu, *shoyu*, *missô*, leite de soja e afins (ALI, 2010).

SOJA ENQUANTO MATÉRIA-PRIMA

Se a soja termina o século XIX enquanto fonte de alimento, o século XX transforma o grão em diferentes matérias-primas. Na década de 1900, por exemplo, diversas são as patentes registradas sobre a hidrogenação das gorduras do óleo de soja, dando origem à produção de margarinas (GOLBITZ; JORDAN, 2006).

O período de transição entre os séculos XIX e XX é marcado pelo Regime Alimentar Colonial Diaspórico – ou Primeiro Regime Alimentar (FRIEDMANN, 2005; 1978). No qual as elites burguesas, em benefício de um projeto econômico industrial, romperam com as elites agrárias locais – especialmente no caso europeu – privilegiando a importação de grãos frente à produção interna. Como reflexo, nos países periféricos do sistema econômico emergente, formaram-se grupos de produtores dependentes do mercado externo para sua subsistência e reprodução socioeconômica, como os *american farmers*. Para a realidade dos EUA, o produto central foi o trigo. O plantio tritícola possibilitava uma entressafra, para a qual a soja surgia como cultura ideal (SINGH; SHIVAKUMAR, 2010). Nota-se que, para além da cultura agrícola, é a formatação específica do mercado e do modo de produção que trarão caracterizações profundas para o período e para as subsequências.

No continente europeu, a primeira metade do século XX é marcada por uma constância de conflitos militares, desestabilizando as produções alimentares gerais. Essa instabilidade dificultava o acesso a ingredientes tradicionais como a manteiga, o óleo de coco e o óleo de palma, abrindo espaço que seria explorado pela indústria de óleo de soja e de margarina (BERTRAND *et al*, 1987).

Definido o mercado para a parte oleoginosa do grão, restava encontrar escoamento para o restante. É nessa busca que o papel estatal nos Estados Unidos surgiu como elemento central. Em conjunto com a *American Soy Association*, uma série de financiamentos a pesquisas sobre a soja foram realizados. Os resultados indicavam uma alta concentração de proteína, e a presença de aminoácidos que poderiam servir para a alimentação animal em substituição à farinha de peixe e de algodão, base das rações no período (BERTRAND *et al*, 1987). Assim, o grão de características nutricionais elevadas – 28,2% de carboidratos, 26,4% de gordura e 37,1% de proteínas (ALI, 2010) – se tornou alvo de um mercado de produção, processamento e escoamento de óleo e partes sólidas (GOLBITZ; JORDAN, 2006).

Com a existência do mercado, possibilitava-se o crescimento da produção. Segundo Goldberg (1952), a produção total de soja nos EUA era, em 1930, de 14 milhões de *bushels*; de 78 milhões, em 1940; e, em 1950, de 287 milhões. Dentre as razões para essa massificação, o autor destaca como a urbanização levava a um consumo maior de proteínas animais e gorduras, exigindo maior quantidade de ração e oleoginosas. E, reendossando o papel da ação estatal, o forte fomento por meio de tarifas protetivas, preços mínimos e projetos de pesquisa.

Assim como a Primeira Guerra Mundial servira como catalisador do mercado de óleo de soja e margarina, a Segunda Guerra Mundial também afetou esses fluxos agrícolas. O conflito bloqueou o acesso dos Estados Unidos a fornecimentos clássicos de oleoginosas, fomentando os derivados sojícolas. Esses impulsos envolveram subvenções a processadoras de grãos e definição de preços para a soja. Com incentivos fiscais e a estabilidade dos preços da matéria prima, empresas de processamento e utilização dos grãos de soja apresentaram crescimento massivo no período – tanto para soja como para carnes (BERTRAND *et al*, 1987).

Em 1952, Goldberg destacou o crescimento de Archer Daniels Midland Company (ADM); Cargill; Central Soya (adquirida pela Bunge Limited em 2013); Spencer Kellogg, Ralston Purina, Generail Mills e Pillsbury Mills (adquiridas pela Nestlé); Protector and Gamble Company (P&G); e Swift and Company (adquirida pela JBS em 2007). Empresas que continuariam elementos econômicos centrais dos fluxos

agroalimentares ao longo das décadas seguintes – e, inclusive, sendo base do Terceiro Regime Alimentar (CLAPP, 2014; WESZ JUNIOR, 2016).

Conjugam-se aqui elementos que se retroalimentavam. Por um lado, o Estado estadunidense incitava a expansão comercial agroalimentar no mercado internacional (FRIEDMANN, 1999). Por outro, a demanda gerada por essas ações trazia constante liquidez para o mercado sojícola, facilitando o crescimento da oferta. Ao se tornar matéria-prima barata e com múltiplas utilizações, fomentavam-se pesquisas e desenvolvimentos de cultivo sobre a cultura e sobre ainda outras aplicações (ALI, 2014).

Nota-se que haviam características naturais do grão em sua composição inicial a qual forneciam especificidades ideais para a produção para alimentação humana e animal. Entretanto, o centro do processo de expansão da soja está nas possibilidades de formação de um complexo econômico que ocorreu ao longo do século XX, especialmente centralizado nos Estados Unidos.

A relação entre ascensão de complexos agroindustriais com a ação estatal é a base do que Friedmann (2005) e McMichael (2005; 2016) interpretam como Segundo Regime Alimentar – Regime Alimentar Mercantil Industrial.

Sucedeu nesse período o escoamento dos excedentes produtivos estadunidenses para demais países do sistema econômico. O Plano Marshall é ilustrativo quando parte da renda destinada a reconstrução da economia europeia previa obrigatoriedade de importação de grãos oriundos dos Estados Unidos (BERTRAND *et al*, 1987). Em relação aos países localizados na margem do capitalismo, as dinâmicas de criação de mercados foram ainda mais incisivas, seja por meio de doações diretas de alimentos – *food aids* os quais, segundo Friedmann (2005), camuflavam *dumping* –, ou estímulos a práticas agrícolas específicas – como os pacotes tecnológicos da Revolução Verde (MCMICHAEL, 2016).

Forma-se um mercado agroindustrial transnacional centralizado no poder econômico estadunidense. Mercado entendido como uma formação institucional (AZEVEDO, 2016), na qual as técnicas de produção, o motivador da demanda, os atores envolvidos nos diferentes segmentos, o processo de oferta e a forma de circulação de produtos agroindustriais que emerge no século XX caracterizam um

arcabouço institucional específico (HODGSON, 1996; BECKERT, 2017). Assim, a cadeia sojícola de matérias-primas e derivados é fruto de formações institucionais promovidos por Estados, capital privado e organizações sociais que geraram, ao longo do tempo, consequências para a estrutura econômica global.

Dentre esses efeitos está a própria difusão das técnicas de cultivo de soja e a expansão da cultura para diferentes localidades. Caso das realidades de Brasil e Argentina que, após os anos 1950, entraram em uma expansão massiva de áreas com produção de soja, ingressando como fortes exportadores no mercado internacional (WESZ JUNIOR, 2014). Ao acessarem a possibilidade de comercialização, esses países do capitalismo periférico não entraram em um território neutro, mas em um historicamente moldado pela agência de um país e de suas corporações (BERTRAND *et al*, 1987; MCMICHAEL, 2016).

A ampliação da quantidade de produtores no mercado sojícola internacional na segunda metade do século XX relacionou-se com o modelo de produção então vigente, especialmente pela compreensão de exportações agropecuárias enquanto fonte de acúmulo de capital dentro do ideário desenvolvimentista capitalista (WESZ JUNIOR, 2016). Entretanto, cabe notar que a emergência dos conglomerados internacionais trouxe consequências que acarretaram em novas camadas sobre a soja, elementos abordados na seção seguinte.

SOJA ENQUANTO ATIVO FINANCEIRO

Conforme apresentado, o Segundo Regime Alimentar foi marcado pela construção de um mercado agroindustrial internacional, centralizado no poder e na definição de parâmetros conduzidas pelo bloco capitalista (FRIEDMANN, 2005). Com a crise do petróleo nos anos 70 e a emergência de pautas neoliberais, a transição do século XX para o XXI é marcada por novos fluxos agroalimentares – Regime Corporativo Neoliberal (MCMICHAEL, 2005; OTERO, 2012).

No Terceiro Regime Alimentar o processo central foi a desregulação dos mercados nacionais e redução da ação estatal – ponto predominante na expansão dos fluxos comerciais agroalimentares do século XX (MCMICHAEL, 2016). A retração

do papel do Estado enquanto promotor econômico direto vinculou-se à emergência de perspectivas neoliberais e ao processo de desregulação de mercados locais visando a intensificação dos fluxos comerciais. Processo principalmente embasado pela Rodada Uruguai que daria origem à Organização Mundial do Comércio, em 1995 (OTERO, 2012). Esse embase visou, majoritariamente, estimular governos – especialmente de países periféricos – a reduzirem as garantias e proteções dos mercados locais, facilitando o crescimento da movimentação transnacional de mercadorias e pessoas – processo denominado de globalização (MARANHÃO; VIEIRA FILHO, 2017).

A perspectiva desenvolvimentista de que o crescimento de produtos internos nacionais viria por meio da exportação de commodities era explorada desde a década de 1950 em diferentes países. Entretanto, com a liberalização nas décadas pós 1970 esse processo ganhou mais intensidade pelo fomento de organismos internacionais à expansão do comércio internacional (WESZ JUNIOR, 2016). Como efeito, os Estados Unidos tornaram-se menos centrais na produção de grãos frente à expansão nas periferias, especialmente na América do Sul (DELGADO, 2005).

A diversificação das regiões agrícolas atreladas ao mercado internacional abriu espaço para três dinâmicas comerciais centrais para o novo regime agroalimentar. A primeira foi a expansão dos conglomerados internacionais em território e em poder, principalmente por meio de dinâmicas de verticalização e fusões (WILKINSON, 2009). Em segundo, a massificação dos supermercados, principalmente em movimento de países centrais do capitalismo em direção as periferias (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018). E, por fim, a redução da ação estatal no suprimento financeiro da produção agroindustrial – fornecimento de crédito, securitização e garantia de preço – abrindo espaço para desenvolvimento de poder das corporações privadas nesse segmento, e possibilitando a financeirização (SCHUTTER, 2010; CLAPP, 2014; ISAKSON, 2014; FAIRBAIRN, 2016).

O Terceiro Regime Agroalimentar é sintetizado pela desregulação dos mercados agroalimentares, com uma descentralização produtiva dos Estados Unidos e uma dispersão dos poderes nacionais com crescimento dos conglomerados

econômicos. Os quais baseiam seu domínio em canais de produção, comercialização e financeirização sobre as circulações agroindustriais.

É sobre a financeirização, porém, que vive a construção de um quadro cognitivo (BECKERT, 2010) específico para interpretação da soja. Conforme aponta Epstein (2005), financeirização enquanto o crescimento do poder político e econômico do mercado financeiro; de motivações financeiras para circulação de capital; da estrutura institucional que possibilita fluxos financeiros; e da emergência de elites pautadas na financeirização, tanto do ponto de vista do capital privado como das estruturas governamentais. Os processos financeiros não são exclusividade contemporânea, estando presentes desde o século XVI. É a conformação do financeiro enquanto processo predominante da acumulação capitalista que caracteriza a financeirização e, logo, uma dinâmica específica dentro do processo econômico preponderante (WILKINSON, 1999).

A distinção entre processos financeiros e financeirização é visível na análise do caso das *commodities*. A criação de créditos agrícolas e firmação de preços futuros em contratos de compra e venda apresenta registros desde o século XVIII (FAIRBAIRN, 2016). Contudo, ao longo do século XX, uma série de práticas relacionadas à especulação sobre preços futuros emergiu. Em 1922, por exemplo, a aprovação legislativa do *Grain Future Act* definiu como crime a especulação sobre preço de *commodities* dentro dos Estados Unidos (CLAPP, 2013). No decorrer do referido século, porém, diversas legislações flexibilizaram o controle sobre circulação de motivos financeiros sobre as *commodities*, fenômeno acentuado com a liberalização dos mercados de crédito nos anos de 1980 e 1990 (CLAPP, 2014). Nos anos 2000, as aprovações do *Commodity Futures Modernization Act* e do *Commodity Index Fund*, nos Estados Unidos, geraram a categoria financeira de derivativos agrícolas. Por meio dessas, possibilitou-se a compra e venda de contratos relacionados ao preço de *commodities* mesmo que sem concretização material final da transação, distanciando o produto físico e a flutuação do valor atribuído a este (ISAKSON, 2014).

Após a aprovação da medida no cenário estadunidense, a reverberação e reprodução da prática em diferentes realidades nacionais foi massiva (ISAKSON,

2014). O caso da soja brasileira é eficiente na demonstração desse processo. O grão tem seus contratos futuros conduzidos pela gestora B3 que apresenta a seguinte estrutura de precificação: "[O] contrato tem como referência o preço de exportação no porto de Santos e liquidação financeira calculada em dólares por tonelada pelo índice S&P Global Platts." (Futuro de Soja FOB Santos com Liquidação Financeira Platts, B3)

Dois elementos relacionados à estrutura econômica internacional são latentes nessa definição. O primeiro é o vínculo da precificação do grão com o padrão dólar enquanto moeda fiduciária, indicando as dinâmicas de liberalização expostas anteriormente. Nessa composição, o produtor brasileiro tem a variação do preço diretamente afetada pelo processo internacional de flutuação de cotação da moeda e do grão (MAFIOLETTI, 2000). O segundo elemento é o cálculo dos valores envolvidos através do índice *S&P Global Platts*, empresa que emerge com a desregulação do mercado financeiro estadunidense viabilizado pelo *Commodity Index Fund*. Nessa direção, é frequente que plataformas financeiras relacionem a precificação diretamente com o *Chicago Board of Trade*, junta comercial localizada nos Estados Unidos e que intermedia os diferentes índices de valores e transações.

Ambos relacionam-se com o argumento de McMichael (2005) para quem, nos Regimes Alimentares, alimentos tornam-se primeiro fonte de valor de troca para, somente então, terem valor de uso. Como consequência, ocorre a desvinculação entre preço dos alimentos e as dinâmicas de oferta e demanda. Frequentes são os indícios de volatilidade de preço no mercado internacional de alimentos ocasionado pela flutuação e especulação sobre os diferentes elementos de definição de valor de troca (SCHUTTER, 2010; FAIRBAIRN, 2016). Dinâmica que afeta tanto a lógica de matérias primas baratas (WOORE, 2010), predominante no Primeiro e Segundo Regime, como a própria alimentação e manutenção das populações que enfrentam dificuldade de acesso ao mínimo para sua reprodução social (MCMICHAEL, 2016).

Essa dinâmica econômica ancora-se em dois eixos complementares. Sendo o primeiro, é a lógica temporal do capitalismo. Conforme aponta Beckert (2017), a estrutura de socialização relacionada ao sistema econômico vigente gera uma relação com o entorno pautada no ganho monetário sobre os itens disponíveis e sobre a

constante projeção de futuro como ampliação da disponibilidade material. Abre-se, assim, a possibilidade de que diferentes atores relacionem-se com *commodities* agrícolas visando exclusivamente a possibilidade de ganho futuro por meio destas. Segundo Clapp (2012), ocorre uma desvinculação do elemento financeiro em relação ao elemento material no qual é baseado. Como implicação, a volatilidade dos preços, a distribuição desigual e os danos ambientais tornam-se fatores secundários na racionalidade moldada na expectativa de ganho futuro (MOORE, 2010; OLIVEIRA; HECHT, 2016; BECKERT, 2017).

Enquanto a primeira dimensão pauta-se na perspectiva institucional de construção cultural da relação com o entorno, a segunda é voltada para o poder e a prática dos conglomerados internacionais em manterem seu domínio econômico. A relação entre as grandes empresas e a financeirização da economia contemporânea é o que Harvey (2001) aponta como acumulação por espoliação. Nesse processo, a lucratividade estaria tanto no controle dos meios de produção como na especulação sobre ativos financeiros disponíveis nas cadeias produtivas. As empresas acumulariam capital em um processo duplo de exploração sobre os trabalhadores ao longo da produção e do enxugamento do rendimento das empresas por meio de retornos de investimentos (ALMEIDA; PAULANI, 2011).

Na cadeia sojícola essa prática é perceptível quando empresas que concentram grande parte das transações – Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus – apresentam atuação ascendente no mercado financeiro (ISAKSON, 2014). Todas dispoem de subdivisões voltadas exclusivamente para aquisição e transação de ações. Ademais da especulação direta sobre o valor do grão e as possibilidades de contratos futuros, também operam nos diferentes segmentos alimentares, unindo vantagens informacionais sobre setores de produção, processamento e distribuição (BERTRAND *et al*, 1987; FAIRBAIRN, 2016).

Apesar da construção do capital internacional ocorrer de forma monolítica, a relação com cada estrutura nacional pauta-se em diferentes segmentos da trajetória formativa institucional local (HALL; TAYLOR, 2003; BLOCK; EVANS, 2005). Conforme aponta Chang (2003), as organizações e instituições internacionais não operam sobre os países da mesma forma, mas em diálogo com a realidade específica de poder

econômico e político. Em 2008, por exemplo, a União Europeia iniciou processos de proibição de especulação sobre *commodities*, elemento ainda em curso (SCHUTTER, 2010).

Por mais que mantida a leitura do grão enquanto alimento e matéria-prima, a financeirização gera uma camada de significação sobre a soja que afeta massivamente a manutenção das outras práticas supracitadas.

Oliveira e Hecht (2016) indicam como a financeirização relacionada à produção de *commodities* estimula a destruição dos ambientes naturais e a geração de *neonatures* voltadas, exclusivamente, para a geração de divisas. Como o processo financeiro promove um distanciamento entre a origem do dinheiro investido e a consequência das ações materiais, a culpabilização e penalização das partes envolvidas em prejuízos ecológicos seria dificultada (CLAPP, 2012).

Similitude também apresentada por Fairbairn (2016) ao salientar que conglomerados alimentares internacionais, ao destinarem grande parte de seu capital para financeirização, retraíam investimentos produtivos reais. Essa prática geraria, dentro de uma perspectiva desenvolvimentista modernizante, um problema de estagnação da inovação e do crescimento econômico (ISAKSON, 2014).

O que os dois quadros apresentados indicam é que o processo de financeirização das *commodities* tende a uma dissolução das estruturas fundantes das práticas anteriores. Processo que, de acordo com Arrighi (1996), representaria uma crise dentro da própria estrutura capitalista quando o capital acumulado se torna circulatório apenas em esferas fictícias, sem gerar reciprocidade material capaz de reprodução capital longo prazo.

Considerando a desestabilização gerada pela significação da soja enquanto um ativo financeiro, uma quarta interpretação sobre o grão vinculando este com um paradigma produtivo alinhado à manutenção ecológica e social apresenta sinais de emergência. Elementos em ascensão como alimentação vegana, aproximação das cadeias produtivas e conscientização de consumidores tendem a pavimentar essa possibilidade futura (PORTILHO, 2020; LANG; HEASMAN, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Itens agrícolas são interpretados de distintas formas de acordo com seus contextos geográficos e sociais (FRIEDMANN, 1999). A tradição de um grupo, a relação deste com o seu entorno e com outros conjuntos humanos dita quais instituições pautarão sua leitura sobre as possibilidades agroalimentares. Essa significação não ocorre de forma una e instantânea, mas é fruto de dinâmicas sociais de longo prazo e em constante alteração (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

Partindo dessa concepção que o presente artigo abordou, as significações passadas e presentes sobre a soja. A oleaginosa surge, na Ásia, como alimento domesticado aproximadamente de 9000 AEC, atrelando diferentes técnicas de fermentação e processamento para sua melhor ingestão ao longo do tempo. No século XX, seu potencial industrial é descoberto, dando origem a uma diversidade de produtos baseados na sua capacidade de produção de óleo e na alta concentração de proteínas. Produtos para panificação, ração animal e óleos industriais passaram a ter em sua composição elementos relacionados à soja. Já na transição do século XX para o XXI, uma nova camada foi adicionada quando a atuação dos estados do centro capitalista visando a liberalização dos mercados globais possibilitou a massificação da especulação financeira sobre commodities (OTERO, 2012). O grão ganhou, então, uma nova leitura distanciada da sua existência material e exclusivamente focada na sua possibilidade de valorização e geração de divisas.

Apesar das camadas citadas acumularem-se sobre a soja, as mesmas afetam-se diretamente, inclusive ameaçando a existência uma das outras. Hairong *et al* (2016) apontam para a deterioração do cultivo de soja tradicional dentro da realidade chinesa frente a expansão da importação do grão pelo país. Sobre essa situação pesaria, ainda, a problemática dos grãos geneticamente modificados, predominantes no mercado internacional, porém proibidos de serem cultivados dentro do contexto chinês (ESCHER, 2016). Processos semelhantes indicados por Oliveira e Hecht (2016) e Fairbairn (2016) ao apontarem para as problemáticas de manutenção e estabilidade ecológica em um ambiente de constante financeirização dos elementos biológicos.

Conforme apontam McMichael (2005) e Friedmann (2005), o Terceiro Regime Alimentar seria marcado pela emergência de pautas ambientais e movimentos de contraposição às práticas econômicas predatórias vigentes. Assim, a possibilidade de crise relacionada à financeirização das commodities, acrescido de questionamentos sociais aos valores imbuídos no sistema agroalimentar vigente podem resultar em ressignificações dos debates aqui apresentados. Possivelmente não adicionando novas camadas ao debate, mas alterando as vigentes.

No caso da soja, ainda que com diferentes dimensões e implicações, processos como a certificação da *Round Table on Sustainable Soy*; a Moratória da Soja; e portais de rastreabilidade da produção indicam a urgência de medidas de segurança ecológica relacionadas ao tema. Em linha semelhante, manifestações como a da “*Stop Gambling on Food*” apontam para a problemática da financeirização de agroalimentos. Soma-se a esse processo, ainda, construções voltadas para a retomada do significado alimentar da soja e da tradição envolvida no grão. Posicionamentos estes para os quais a presente pesquisa pretende trazer contribuições ao apontar a trajetória histórica de um elemento em questão. Futuros trabalhos que aprofundem a percepção sobre o papel dos atores na construção dos significados serão de extrema agregação a debate.

Se o Terceiro Regime Alimentar emerge através da expansão do poder dos conglomerados alimentares internacionais, talvez caiba a atuação da sociedade civil e da regulação estatal traçar o delineamento das práticas agroalimentares futuras.

REFERÊNCIAS

ALI, Nawab. Soybean processing and utilization. In: SINGH, Guriqbal (ed.). **The Soybean**: Botany, production and uses. Ludhiana: Punjab Agricultural University, 2014.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda M.. Regulação social e acumulação por espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. **Economia e Sociedade**, vol. 20, n. 2, pp. 243 – 272, 2011.

ANDERSON, Eugene N. **Food and Environment in Early and Medieval China**. Philadelphia: University of Pensilvania Press, 2014.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: Contraponto, 1996.

AZEVEDO, Paulo F. Emergência de Instituições de Mercado: a criação de mercados como política para a agricultura. In: MARQUES, Flávia C.; CONTERATO, Marcelo A.; SCHNEIDER, Sergio. **Construção de Mercados e Agricultura** Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, pp. 209 – 229, 2016.

BECKERT, Jens. How do markets change? The interrelations of institutions, networks, and cognition in the dynamics of markets. **Organization Studies**, vol. 31, n. 5, pp. 605 – 627, 2010.

BECKERT, Jens. The Great Transformation of Embeddedness: Karl Polany and the New Economic Sociology. **MplfG Discussion Paper** 07/01. 2007.

BECKERT, Jens. What is sociological about economic sociology? Uncertainty and the embeddedness of economic action. **Theory and Society**, vol. 25, pp. 803 – 840, 1996.

BECKERT, Jens. Reimaginando a dinâmica capitalista: expectativas ficcionais e o caráter aberto dos futuros econômicos. **Tempo Social**, v. 29, n. 1, pp. 165 – 185, 2017.

BERTRAND, Jean P.; LAURENT, Catherine; LECLERQ, Vincent. **O mundo da soja**. São Paulo: Editora USP, 1987.

BLOCK, Fred; EVANS, Peter. The State and the Economy. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Eds.). **Handbook of Economic Sociology**. Princeton: Princeton Press, 2005.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CLAPP, Jennifer. Financialization, distance and global food politics. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, pp. 794 – 814, 2014.

DE MARIA, Marcello; ROBINSON, Elizabeth J.; KANGILE, Joseph R.; KADIGI, Reuben; DREONI, Ilda; COUTO, Matheus; HOWAI, Niko; PECL, Jurgen; FIENESS, Sicily Kadigi, R. **Global Soybean Trade**: The Geopolitics of a Bean. UK Research and Innovation Global Challenges Research Fund (UKRI GCRF), 2020.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter. W.. A Gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE**, v. 45, n. 2, pp. 74 – 90, 2005.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

ESCHER, Fabiano. Agricultura, **Alimentação e Desenvolvimento Rural**: Uma análise institucional comparativa entre Brasil e China. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS). Porto Alegre, 2016.

EPSTEIN, Gerald. Introduction: Financialization and the world economy. In: EPSTEIN, Gerald (ed.). **Financialization and the world economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

FAIRBAIRN, Madeleine. Finance and the Food System. In: BONANNO, Alessandro; BUSCH, Lawrence. **Handbook of the International Political Economy of Agriculture and Food**. Michigan: Edward Elgar Publication, 2016.

FRIEDMANN, Harriet. From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Food Regimes. **New Directions in the Sociology of Global Development**, v. 11, pp. 227 – 264, 2005.

FRIEDMANN, Harriet. Remaking traditions: How we eat, What we eat and the Changing Political Economy of Food. In: BARNDT, Deborah (ed.). **Women Working the NAFTA Food Chain**. Toronto: Second Story, 1999.

FRIEDMANN, Harriet. Simple commodity production and wage labour in the american plains. **The Journal of Peasant Studies**, v. 6, n. 1, pp. 71 – 100, 1978.

GOLBITZ, Peter; JORDAN, Joe. Soyfood: Market and Products. In: RIAZ, Mian N. (ed.) **Soy Application in Food**. Routledge, Taylor and Francis Group, 2006.

GOLDBERG, Ray A. **The Soybean Industry**. Mineapolis: The University of Minnesota Press, 1952.

GOLDMAN, Michael. **Imperial Nature**: The World Bank and struggles for social justice in Age of Globalizations. Yale: Yale University Press, 2005.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, v. 58, pp. 193 – 223, 2003.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HIRST, Kris. **History of the Soybean**. ThoughtCo. Disponível em <thoughtco.com/plant-history-of-the-soybean-3879343> (acesso em 13/02/2022).

HODGSON, Geoffrey. Os mercados como instituições. In: HODGSON, G.. **Economia e Instituições**: Manifesto por uma economia institucionalista moderna. Celta: Oeiras, 1994.

HODGSON, Geoffrey. What are institutions?. **Journal of Economic Issues**, v. 40, n.1, pp. 1 – 15, 2006.

ISAKSON, Ryan. Food and finance: the financial transformation of agro-food supply chains. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, pp. 749 – 775, 2014.

LANG, Tim; HEASMAN, Michael. **Food Wars: The Global Battle for Minds, Mouths, and Markets**. Londres: Earthscan, 2004.

MAFIOLETTI, R. **Formação do preço na cadeia agroindustrial da soja na década de 90**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada), ESALQ/USP, 2000.

MARANHÃO, Rebecca L. A.; VIEIRA FILHO, José E. Inserção internacional do Agronegócio Brasileiro. **Texto para Discussão – IPEA**, 2017.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MCMICHAEL, Philip. Global Development and Food Regime. **New Directions in the Sociology of Global Development**, v. 11, n.1, pp. 265 – 299, 2005.

MOORE, Jason W. Cheap Food & Bad Money: Food, Frontiers, and Financialization in the Rise and Demise of Neoliberalism. **Review of Fernand Braudel Center**, v. 33, n. 2, pp. 225 – 261, 2010.

NIEDERLE, Paulo A.; WESZ JUNIOR, Valdemar. **As Novas Ordens Alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

OLIVEIRA, Gustavo; HECHT, Susana. Sacred groves, sacrifice zones and soy production: globalization, intensification and neo-nature in South America. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, pp. 251 – 285, 2016.

OTERO, Gerardo. The neoliberal food regime in Latin America: state, agribusiness transnational corporations and biotechnology. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 3, pp. 282 – 295, 2012.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, pp. 411–432, 2020.

QIU, Li-Juan; CHANG, Ru-Zhen. The Origin and History of Soybean. In: SINGH, Guribbal (ed.). **The Soybean: Botany, production and uses**. Ludhiana: Punjab Agricultural University, 2014.

SCHUTTER, Olivier De. Food Commodities Speculation and Food Price Crises. **United Nations Special Report**, 2010.

SINGH, Guriqbal; SHIVAKUMAR, B. G. The Role of Soybean in Agriculture. In: SINGH, Guriqbal (ed.). **The Soybean**: Botany, production and uses. Ludhiana: Punjab Agricultural University, 2014.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, n.58, n. 1, pp. 225 – 254, 2003.

WATTS, Michael. Peasants under contract: agro food complexes in the Third World. In: BERSTEIN, H.; CROW, B.; MACKINTOSH, M.; MARTIN, C. (eds.). **The Food Question**: Profits versus people? Londres: Earthscan Publications, 1990.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

WESZ JUNIOR, Valdemar. **O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso do Sul** (Brasil). Tese (Doutorado em Ciências), UFRRJ, 2014.

WESZ JUNIOR, Valdemar. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, pp. 282 – 316, 2016.

WILKINSON, John. The globalization of agribusiness and developing world food systems. **Monthly Review**. 2009. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2009/09/01/globalization-of-agribusiness-and-developing-world-food-systems/#en2>> (acesso em 13/02/2022).

WILKINSON, John. Perfis emergentes no Setor Agroalimentar. In: MALUF, Renato S.; WILKINSON, John (orgs.). **Reestruturação do Sistema Agroalimentar**. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, pp. 27–43 1999.

* Artigo recebido em 22/08/2022,
aprovado em 24/04/2023.